



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

DATA DA REUNIÃO: QUINZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZ.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENCAS E FALTAS:-----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

VEREADOR DR. CARLOS ALBERTO LOPES PACHECO – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.-----

VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.-

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: DOZE HORAS.-----

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Acta N.º 27 Fl. 2
15 de Dezembro de 2010

SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA NOMEADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.-----

Reunião : ORDINÁRIA

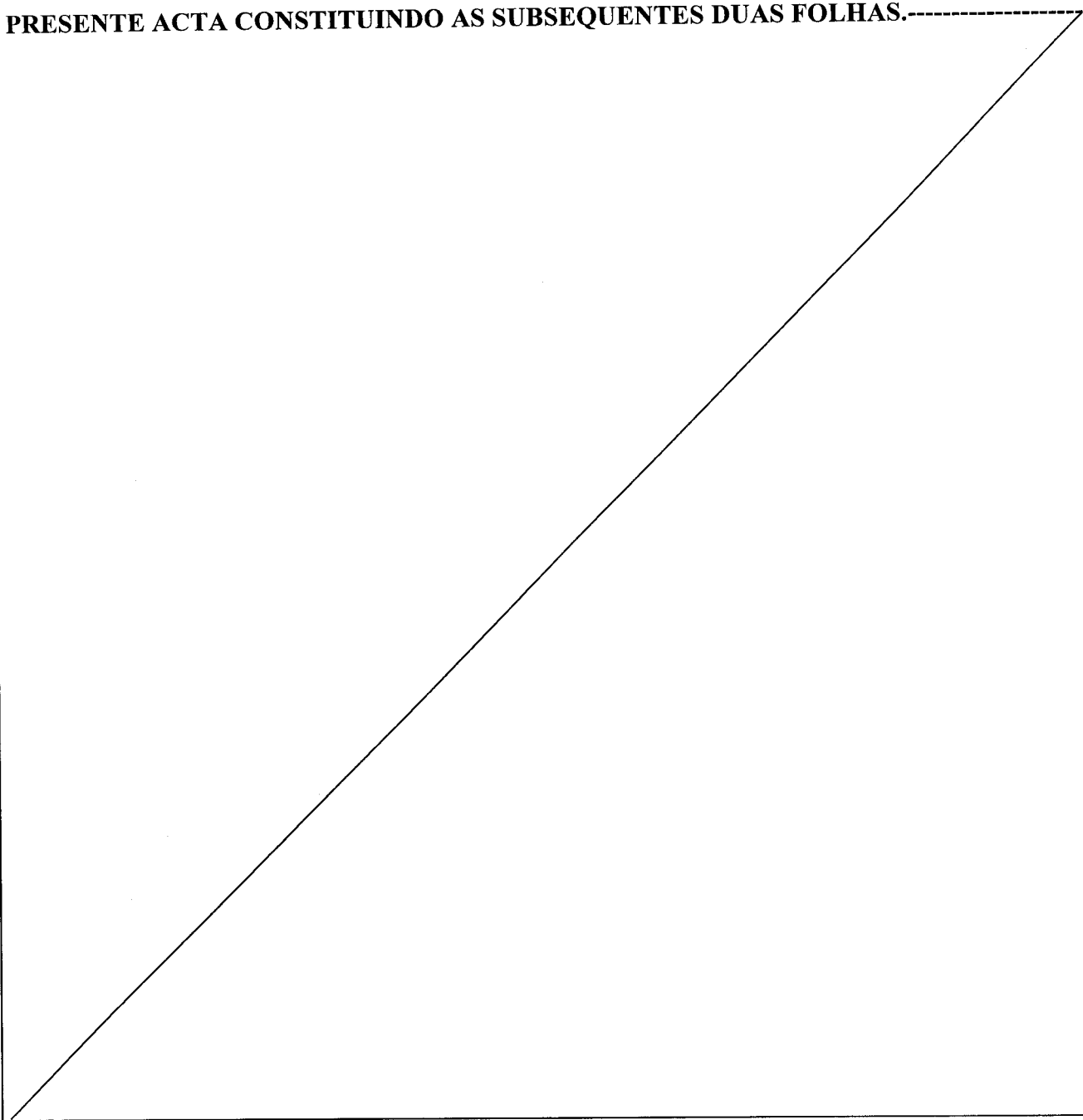


Câmara Municipal de Santo Tirso

Acta N.º 27 Fl. 3
15 de Dezembro de 2010

At
[Signature]

LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----





SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 15/DEZEMBRO/2010 – ACTA Nº 27

Praça 25 de Abril
4780-373 SANTO TIRSO
Tel. +351 252 830 400
Fax: +351 252 856 534
gap@cm-stirso.pt
www.cm-stirso.pt

ORDEM DO DIA

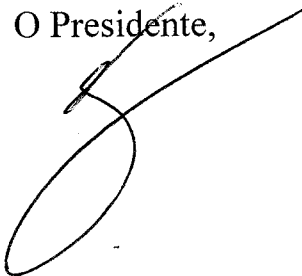
- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (6/12/2010)
- 2 – Proposta de 1ª Revisão do Plano Director Municipal (PDM) do concelho de Santo Tirso: Aprovação
- 3 – Reorganização dos serviços da câmara municipal de harmonia com o previsto no DL 305/2009, de 23/10: Proposta de modelo de estrutura orgânica e demais decisões previstas no artigo 6º do referido diploma legal
- 4 – Reorganização dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, de harmonia com o previsto no DL 305/2009, de 23/10: Proposta de modelo de estrutura orgânica e demais decisões previstas no artigo 6º do referido diploma legal
- 5 – Contrato de concessão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Concelho de Santo Tirso – Proposta de alteração (2ª alteração)
- 6 – Estrutura viária envolvente à Rotunda A/41/Variante à EN 105 e Vale Pisão – Água Longa – Estudo Prévio do arruamento – Aprovação
- 7 – Constituição de servidão administrativa de aqueduto público subterrâneo sobre terrenos destinados à construção do Interceptor da Ribeira do Pisão – Constituição pela via do direito privado – Parcela 12B
- 8 – Proposta de celebração de Protocolo entre o município de Santo Tirso e a sociedade Águas do Noroeste, S.A., tendo por objecto estabelecer as obrigações entre as partes no âmbito da execução da obra denominada “Requalificação da Rua de Casais – C.M. 1119, na freguesia de S. Tiago da Carreira, Santo Tirso”

9 – Aquisição de cinco parcelas de terreno destinadas à execução da obra de
“Rectificação e Pavimentação da Rua da Capela – S. Mamede de Negrelos” –
Aditamento às condições de cedência da parcela 4

10 - Outros subsídios

Santo Tirso, 10 de Dezembro de 2010

O Presidente,



Nota: Foi retirado de reunião o assunto que consta do item 5 da presente Ordem do Dia



1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (06/12/2010).----

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia seis do corrente mês de Dezembro, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com oito votos a favor.-----



2. PROPOSTA DE 1ª REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL (PDM) DO CONCELHO DE SANTO TIRSO: APROVAÇÃO.

Presente informação de dez do corrente mês de Dezembro, da Chefe da Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica, registada com o número treze mil cento e três, a remeter a versão final da Proposta de Revisão do Plano Director Municipal (1ª Revisão) para efeitos de aprovação pela assembleia municipal, mediante proposta a apresentar pela câmara municipal, de harmonia com o estabelecido no n.º 1 do artigo 79º do Decreto-Lei 380/99, de 22 de Setembro.

A proposta agora enviada à câmara municipal é compatível com os instrumentos de gestão territorial em vigor, aplicáveis na área do município de Santo Tirso, conforme consta do parecer final da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, com a referência DSOT/ID891288, registado na câmara municipal com o número treze mil e sessenta e oito, pelo que não carece da ratificação governamental prevista no artigo 80º do referido Decreto-Lei 380/99.

Relativamente à proposta aprovada pela câmara municipal em reunião ordinária de vinte e seis de Novembro de dois mil e oito (item doze da respectiva acta) e após a respectiva discussão pública, cujo Relatório foi aprovado pela câmara municipal em reunião de sete de Outubro último, foram introduzidas algumas alterações no Regulamento do Plano Director Municipal, de forma a eliminar ou corrigir disposições susceptíveis de serem consideradas ilegais.

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal, com a fundamentação constante da aludida informação técnica de dez do corrente mês de Dezembro, da qual se junta cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo as subsequentes duas folhas, deliberasse submeter à aprovação da assembleia municipal a referida proposta do Plano Director Municipal – 1ª Revisão, que é composto pelos seguintes elementos:

A. Elementos Fundamentais:

- Regulamento (fls. 1 a 24);
- Planta de Ordenamento (fls. 25 a 29);
- Planta de Condicionantes (fls. 30 a 34);



— Planta de Condicionantes – Riscos (fls. 35 a 39).

B. Elementos Complementares:

- Relatório e Programa (fls. 40 a 87);
- Relatório e Planta de Compromissos Urbanísticos (fls. 88 a 94);
- Relatório Ambiental (fls. 95 a 155);
- Carta Arqueológica (fls. 156 a 218);
- Fichas do Património Imóvel Classificado (fls. 219 a 242);
- Carta Educativa (fls. 243 a 294);
- Planta de Enquadramento Regional (fl. 295);
- Planta da Situação Existente (fls. 296 a 300);
- Carta da Estrutura Ecológica Municipal (fls. 301 a 305);
- Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal do Concelho de Santo Tirso (fl. 306)
- Mapa de Ruído (fls. 307 a 308);
- Carta da Rede de Abastecimento de Água (fl. 309);
- Carta da Rede de Saneamento (fl. 310);
- Carta da Rede Viária (fl. 311);
- Carta do Património (fl. 312);
- Deliberação da câmara municipal contendo parecer final da Comissão Técnica de Acompanhamento (fls 313 a 371);
- Participações na Discussão Pública (fls 372 a 721);
- Relatório de ponderação – Período de discussão pública (fls 722 a 745);
- Parecer final da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, de 10 de Dezembro de 2010 (fls 746 a 747).

C. Elementos Complementares – Estudos de Caracterização:

- Estudos de Caracterização (fls. 748 a 797);
- Carta Hipsométrica (fl. 798);



- Carta de Declives (fl. 799);
- Carta Geológica (fl. 800);
- Carta da Rede Hidrográfica (fl. 801);
- Carta do Inventário Florestal (fl. 802);
- Carta de Susceptibilidade Geomorfológica (fl. 803);
- Carta de Exposição de Vertentes (fl. 804).

A referida Proposta do Plano Director Municipal (1ª Revisão), com todas as suas folhas numeradas (oitocentas e quatro folhas) vai ser enviada à assembleia municipal para que fique a constar como documento anexo à acta da respectiva reunião da assembleia municipal que aprovar aquela proposta.-----

À presente acta da câmara municipal anexam-se apenas os elementos que sofreram alterações relativamente à proposta que foi aprovada pela câmara municipal em reunião de vinte e seis de Novembro de dois mil e oito, a saber:-----

- Regulamento;
- Planta de Ordenamento;
- Planta de Condicionantes;
- Planta de Condicionantes – Riscos;
- Relatório e Programa;
- Relatório e Planta de Compromissos Urbanísticos;
- Relatório Ambiental;
- Carta Arqueológica;
- Fichas do Património Imóvel Classificado;
- Planta da Situação Existente;
- Carta da Estrutura Ecológica Municipal;
- Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal do Concelho de Santo Tirso;
- Carta da Rede Viária;

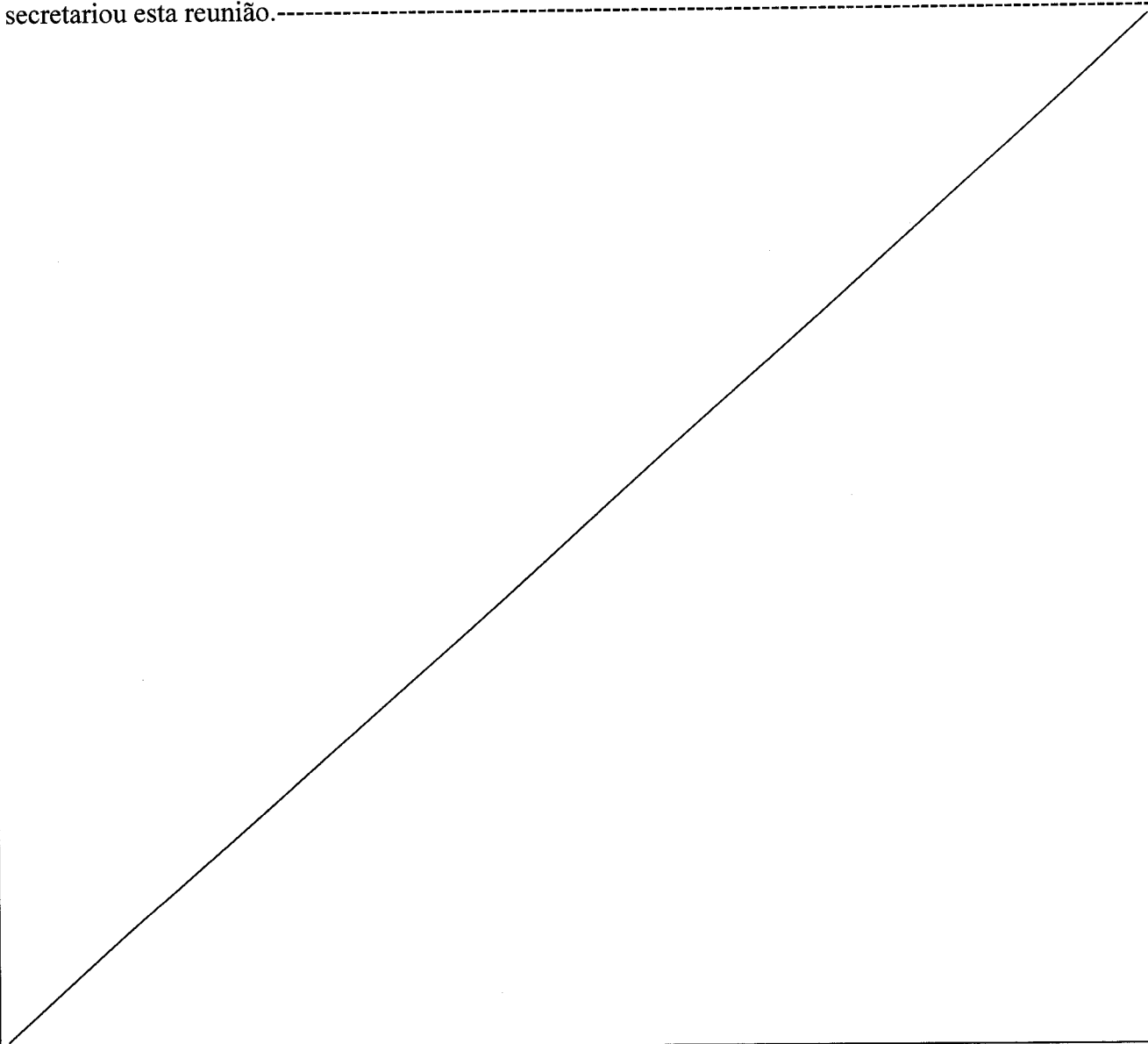


A-
M

- Carta do Património;
- O aludido parecer final da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do

Norte.-----

Os elementos anteriormente referidos, constituem o Anexo I da presente acta, composto por duzentas e trinta e uma folhas, todos rubricados pelo Presidente da Câmara e por quem secretariou esta reunião.-----



e/16


SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL
 Praça 25 de Abril
 4780-373 SANTO TIRSO
 Tel. +351 252 830 400
 Fax +351 252 856 534
 gap@cm-stirso.pt
 www.cm-stirso.pt

DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E HABITAÇÃO
DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

Referência Externa

Registo N.º

Data de Entrada

Origem
DPH

Assunto

Envio da proposta da Revisão do PDM para aprovação da Assembleia Municipal

DESPACHO

10/12/10

O Presidente

Castro Fernandes

Reunir

C. M. Stº Tirso

Nº 131/03 Data: 2010/12/13

Informação Superior

2010-12-10

Concordo. Julgo de remeter a reunião da Câmara Municipal

O Director de
Departamento

José António Lopes, Arqto.

INFORMAÇÃO

2010-12-10

A Chefe de Divisão

Lúcia Rodrigues
 Lúcia Rodrigues, Arqta.

Junto se remete a versão final da proposta de Revisão do PDM para a aprovação pela Assembleia Municipal, conforme estabelecido no nº1 do artigo 79º do DL 380/99.

Esta proposta é compatível com os instrumentos de gestão territorial em vigor, aplicáveis na área do município, conforme consta do parecer final da Comissão Técnica de Acompanhamento e no parecer final da CCDRN, pelo que não carece da ratificação governamental prevista no artigo 80º do DL 380/99.

Relativamente à versão remetida à Câmara Municipal após a discussão pública foram introduzidas algumas alterações no Regulamento de forma a eliminar ou corrigir disposições susceptíveis de serem consideradas ilegais, nomeadamente:

- Foi corrigido o artigo 22º - Articulação entre acções privadas e municipais, dado que a redacção anterior suscitou muitas dúvidas de interpretação.
- Foi corrigido o artigo 26º - Áreas com risco de incêndio das classes alta ou muito alta, por se ter verificado que não eram respeitadas as disposições legais aplicáveis.
- Foram corrigidos os artigos 34º e 39º de forma a garantir a possibilidade de a Assembleia Municipal poder atender a situações excepcionais de interesse municipal (em resultado da eliminação do Capítulo III do Título IV).
- Foi eliminado o nº3 do artigo 74º por se tratar de disposição susceptível de ser considerada ilegal.
- Foi eliminado o Capítulo III do Título IV dado que as disposições constantes dos artigos 114º e 115º não estavam conforme a dinâmica de alteração do PDM prevista no DL 380/99.

Foi ainda reposto o conceito de "núcleo rural", constante da versão objecto de discussão pública, em substituição do conceito de "aglomerado rural" que seria mais restritivo.

A CCDRN emitiu o parecer final previsto no artigo 78º do DL 380/99, que se anexa, no qual considera que a proposta de Revisão do PDM se manifesta, em termos gerais, conforme as disposições legais e regulamentares vigentes e compatível com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis na área do município, sugerindo no entanto a reponderação de algumas questões para garantia de legalidade.

SISTEMA CERTIFICADO

eic

ISO 9001

certificação

acreditada

IRAC

Serviços de Obras

Particulares, Acção Social e

Atendimento Geral a

Actividades de Gestão

Administrativa, Recursos

Humanos, Apoio Jurídico e

Computação

M.018GR

Ponderadas as questões levantadas neste parecer da CCDRN, informamos o seguinte:

- Quanto à 1ª questão

Na proposta de revisão do PDM foram introduzidas, na Planta de Condicionantes Riscos, as áreas percorridas por incêndio a partir do ano 2003, dado que a informação que está disponível para os 2 anos anteriores (2001 e 2002) não possui rigor e precisão adequada para a escala do plano (1/10000), conforme ficou esclarecido no Relatório do plano (capítulo II, ponto 2, alínea f)).

Nos anos anteriores a 2003 não foi feita a identificação pelas entidades locais das áreas percorridas por incêndio, resultando a informação disponível de trabalho de gabinete sobre imagem de satélite que contém erros grandes já constatados.

Esta situação foi discutida no âmbito do acompanhamento da elaboração do plano, pela CTA e pela representante da AFN. Aliás a questão não é posta nos pareceres dessa entidade ou da CCDRN juntos ao parecer final da CTA.

Consideramos, dado o exposto, que não devem ser integrados na planta de condicionantes os anos de 2001 e 2002.

- Quanto à 2ª questão

Concordamos com as objecções levantadas pelo que foi introduzida a correcção já referida no artigo 26º do regulamento.

- Quanto à 3ª questão

A disposição prevista no artigo 22º do regulamento pretende salvaguardar a compatibilização das operações urbanísticas a realizar pelos particulares com aquelas que a própria câmara municipal necessita de executar, para que não sejam oneradas as obras a realizar pela autarquia, que interessam a todos em geral, pela falta de articulação com os interesses particulares. A compatibilização prevista nesta disposição não obsta ao cumprimento de todos os procedimentos necessários para o efeito, de acordo com a legislação aplicável.

- Quanto à 4ª questão

Concordamos com as objecções levantadas pelo que foi introduzida a correcção já referida nos artigos 34º e 39º do regulamento.

- Quanto à 5ª questão

Decidimos manter a disposição transitória prevista, tendo como base de fundamentação o seguinte acórdão do Supremo Tribunal Administrativo (R. 46396 de 2000/11/28):

"V – As disposições normativas de um plano director municipal assumem a natureza de um regulamento administrativo e não de um acto administrativo geral, já que se apresentam com as notas características das normas jurídicas, que são a generalidade e a abstracção. VI – Não havendo direitos adquiridos a salvaguardar, não existe o limite imposto ao exercício do poder regulamentar pelo princípio geral do respeito pelos direitos adquiridos, situado na mesma posição hierárquica das leis, que impõem que os regulamentos não podem, em princípio, dispor retroactivamente e assim regular inovatoriamente determinada matéria e aplicar-se aos processos de licenciamento pendentes."

Considera-se ainda que a este entendimento não obsta o art. 67º do DL 555/99, pois o novo regulamento ao estatuir uma norma transitória, mantém em vigor o anterior regulamento. Ou dito, de outra forma, a norma transitória mantém "vivo" o anterior regulamento do PDM, pelo que, a validade das licenças ou autorizações dependerá da sua conformidade com o regulamento anterior, mas ainda em vigor, apenas para os processos pendentes.

Esta solução é a única que protege as legítimas expectativas dos interessados e os direitos adquiridos, pois, em regra a retroactividade é proibida.

Tendo em conta o exposto considera-se que a proposta de Revisão do PDM reúne condições para ser aprovada, devendo ser remetida à Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, em reunião pública.



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

No período de discussão da proposta, pelo Senhor Vereador Alírio Canceles foram colocadas as seguintes questões:-----

“- Nomeadamente se o Relatório de Ponderação foi publicitado no sítio da câmara na internet, já que procurei intensamente e não o encontrei de todo.-----

- Se os reclamantes que não viram atendidas as suas pretensões foram notificados individual ou colectivamente como manda a lei?-----

- Que a cópia do Regulamento que nos foi enviada, que devia ser objecto de ponderação pelos Senhores Vereadores, continha uma série de omissões, o que por isso não permitiu a análise ponderada que merecia.-----

- Gostaríamos de obter alguma explicação relativamente aos critérios adoptados pela câmara no que respeita à análise das reclamações, nomeadamente nos casos de pedidos de desafecção da Reserva Agrícola Nacional, tendo em conta que dos muitos pedidos particulares e colectivos alguns mereceram provimento, nomeadamente na freguesia de Monte Córdova”.-----

Seguidamente, pelo Senhor Presidente da Câmara foram prestados os seguintes esclarecimentos, relativamente às questões colocadas pelos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----

“Quanto às questões colocadas temos a esclarecer o seguinte:-----

- O Relatório de Ponderação está publicado no sítio da internet da Câmara Municipal conforme o comprovam as impressões feitas em anexo. Sucede que a sua publicitação foi feita após a reunião da Câmara Municipal de sete de Outubro de dois mil e dez tal como o foi a publicação da acta publica que integra também o Relatório de Ponderação.-----

Podemos mesmo afirmar que há uma dupla publicação do referido Relatório no site além da divulgação por edital dos documentos acima referidos.-----

É lamentável que mais uma vez nesta reunião de Câmara o Senhor Vereador Alírio Canceles venha fazer afirmações falsas fazendo insinuações lamentáveis como aqui o aconteceu. Infelizmente já estamos habituados a este procedimento...-----

http://site.cm-stirso.pt/webpdm/documentos/Relatorio-I-ista.pdf - Windows Internet Explorer

Relatório I - 1ª Revisão

RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO SOBRE O PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA

ÍNDICE

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO II – DISCUSSÃO PÚBLICA	4
1. Divulgação do Período de Discussão Pública	4
2. Disponibilização da Proposta para Consulta	5
2.1. Locais de consulta	5
2.2. Elementos disponibilizados	6
3. Apoio técnico à proposta	10
3.1. Atendimentos por tipo de atendimento	10
3.2. Atendimentos por freguesia	11
4. Formas de participação	11
CAPÍTULO III – ANÁLISE E PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES	13
1. Enquadramento	13
2. Análise das Participações	15
2.1. Participações por local de entrega	15
2.2. Participações por freguesia	16
2.3. Participações por tipo de participante	17

Done

Iniiciar

Gnab - PW: A.M...

Empresas e Insti...

http://site.cm-sti...

previdencia da f...

http://site.cri-sti...

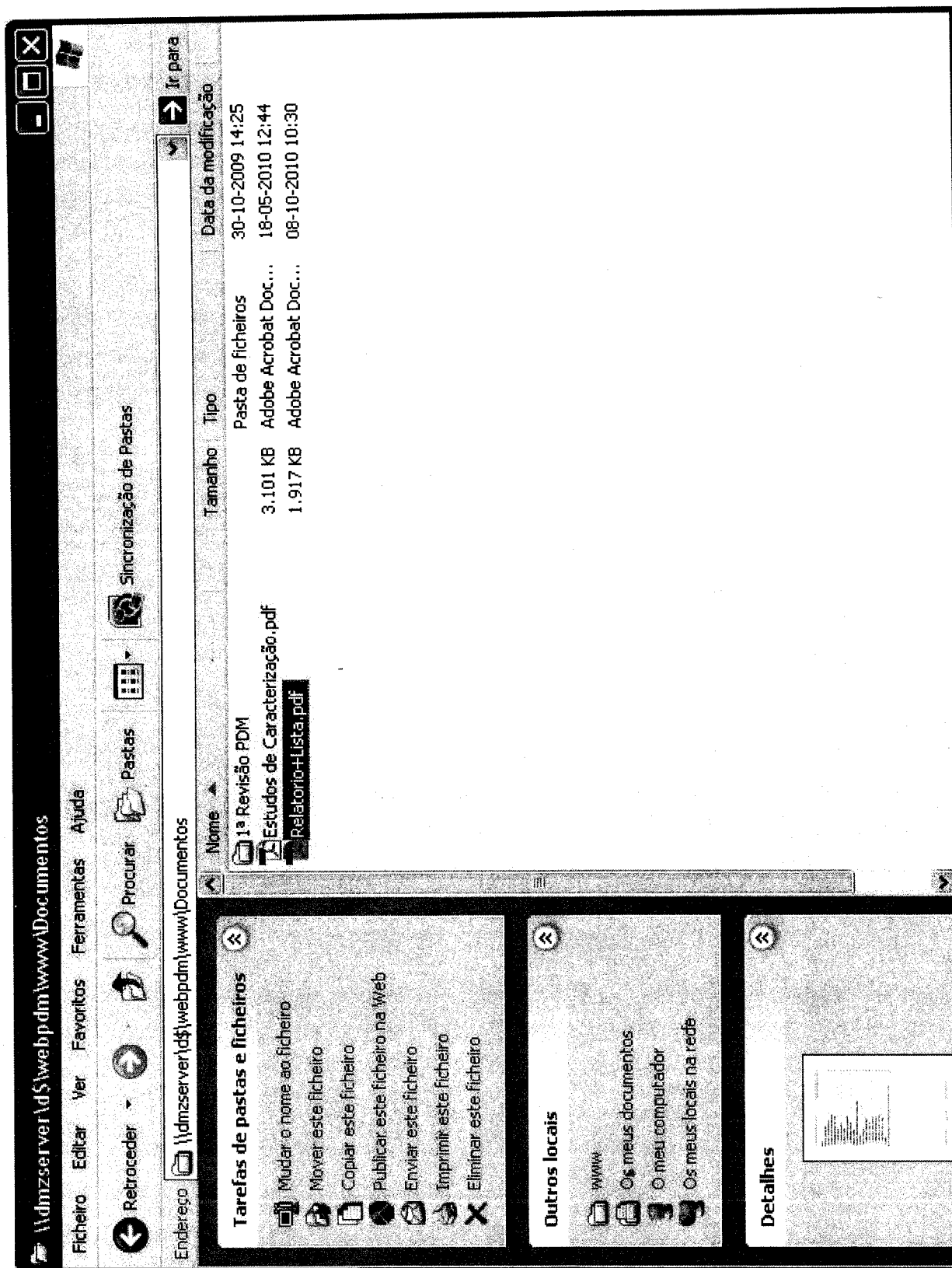
Documentos - M...

Zona desconhecida

PT

10:47

Am
f





Av

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

[Handwritten signature]

- Quanto às questões das notificações individuais ou colectivas a prática tem sido a de divulgar publicamente as decisões por forma a que os requerentes possam delas tomar conhecimento ou por edital ou no site da Câmara Municipal, como aconteceu.-----

- Quanto ao Regulamento queremos esclarecer que este é público sendo que as alterações introduzidas por força do parecer da CCDRN são diminutas. Acrescenta-se que já foi entregue nesta reunião nova cópia do Regulamento para que possam analisar a proposta definitiva.-----

- Quanto aos critérios adoptados pela câmara nomeadamente quanto às reclamações da R.A.N. recordamos que a altura própria em que esta questão deveria ter sido colocada foi na reunião pública de sete de Outubro de dois mil e dez, altura onde foi aprovado o Relatório de Ponderação, depois da discussão pública e de todas as reclamações feitas. Recorde-se que o Relatório de Ponderação foi aprovado por unanimidade na referida reunião. Recorde-se também que as reclamações da R.A.N. são aprovadas ou não pelo Ministério da Agricultura, entidade a quem compete decidir ou não a desafecção de terrenos agrícolas.-----

Após o período de discussão da proposta, nomeadamente as questões colocadas e esclarecimentos prestados e referidos anteriormente, passou-se à votação da proposta.-----

A Câmara deliberou, com cinco votos a favor, aprovar a referida proposta de 1ª Revisão ao Plano Director Municipal do Concelho de Santo Tirso e submeter a mesma à assembleia municipal, para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 79º do referido DL 380/99.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata, que fizeram a seguinte declaração de voto:-----

“Os Vereadores do Partido Social Democrata entenderam abster-se neste ponto da Ordem do Dia, pelas seguintes razões:-----

1º Porque consideram que este documento tem uma enorme relevância para o concelho, mas também um grande impacto nas pessoas particulares ou colectivas. As dúvidas previamente colocadas não foram devidamente esclarecidas, nomeadamente a publicitação do Relatório de



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Ponderação na internet, nem a notificação individual ou colectiva aos reclamantes, que não viram satisfeitas a sua pretensão.-----

2º Também no que se reporta aos critérios adoptados pela câmara, nomeadamente no que respeita à desafecção da RAN, a explicação no que respeita às excepções referidas não foram convenientemente fundamentadas.-----

3º De acordo com o DL 169/99 os documentos devem ser enviados aos Vereadores com dois dias úteis de antecedência, para que estes possam com a devida antecedência e a necessária ponderação proceder à sua análise. O que não aconteceu com o Regulamento relativo à 1ª Revisão do PDM, para clarificar que foi parcialmente recebido e que nomeadamente omitia alguns artigos que foram objecto de alteração. Aos Vereadores do Partido Social Democrata não restava outra alternativa que não fosse o recurso à abstenção”.-----

Seguidamente pelos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente a 1ª Revisão do PDM dada a sua importância para o nosso concelho.-----

O Plano Director Municipal – 1ª Revisão – é um documento fundamental que tem vindo a ser analisado e discutido publicamente ao longo de vários anos nomeadamente com a abertura de vários períodos de discussão, análise e debate que permitiram uma decisão.-----

Adiar por mais tempo tão importante decisão seria protelar a resolução de problemas concretos no nosso concelho que necessitam de um documento base de orientação para o desenvolvimento sustentável de Santo Tirso.-----

Recordamos que para a aprovação deste documento tivemos de ouvir vários Ministérios no âmbito da C.T.A. (Comissão Técnica de Acompanhamento) bem como a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte a quem competiu emitir o Parecer Final.-----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Recordamos, tal e qual afirmamos antes, que é aos vários Ministérios que compete definir os critérios nomeadamente o Ministério da Agricultura e Ministério do Ambiente para a aprovação da R.A.N. (Reserva Agrícola Nacional) e R.E.N. (Reserva Ecológica Nacional).-----

Por último recordamos, também que os documentos solicitados estão sempre à consulta pública com a devida antecedência e todo e qualquer esclarecimentos poderia ter sido dado a partir da passada sexta-feira (dia 10) data em que foi enviada a agenda aos Senhores Vereadores.-----

Acresce que na passada segunda-feira (dia 13), mesmo sem a isso ser obrigada, a Câmara Municipal enviou os documentos aos senhores vereadores com as ressalvas de que em caso de necessidade podiam ser consultados na câmara como sempre sucedeu.-----

Finalmente e isso é o mais importante, congratulamo-nos com a aprovação deste documento, marca indelével para o futuro e garante do Ordenamento do Território num processo participado ao nível municipal, intermunicipal, regional e mesmo nacional".-----



3. REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE HARMONIA COM O PREVISTO NO DL 305/2009, DE 23/10: PROPOSTA DE MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA E DEMAIS DECISÕES PREVISTAS NO ARTIGO 6º DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL.-----

Presente uma Proposta do Senhor Presidente da Câmara, de quinze do corrente mês de Dezembro, da qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes sete folhas, que procede à revisão dos serviços da câmara municipal, em cumprimento do disposto no artigo 19º do Decreto – Lei 305/2009, de 23 de Outubro.-----

Da referida proposta consta, de harmonia com o previsto no artigo 6º do mesmo diploma legal, o seguinte:-----

a) Modelo de estrutura orgânica dos serviços da Câmara Municipal (estrutura hierarquizada);-----

b) Estrutura nuclear dos serviços da câmara municipal de Santo Tirso (estrutura fixa, composta por sete departamentos municipais, com as designações e atribuições aí previstas);-----

c) Define o número máximo de unidades orgânicas flexíveis (máximo de trinta unidades orgânicas flexíveis);-----

d) Define o número máximo total de subunidades orgânicas (trinta e cinco);-----

e) Prevê a existência de cargos de direcção intermédia de 3º grau, respectiva designação, competências, área e requisitos de recrutamento e níveis remuneratórios desses cargos.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a referida proposta e submeter a mesma à assembleia municipal, para aprovação, em cumprimento do disposto no artigo 6º do referido DL 305/2009.-----

Anexa-se à presente acta, e dela fica igualmente a fazer parte integrante, constituindo as folhas vinte e nove a trinta e cinco da mesma, o mapa de pessoal anexo às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011, referido na proposta do Senhor Presidente da Câmara.-----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

PROPOSTA

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro criou um novo enquadramento jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, estabelecendo no seu artigo 19º que os municípios devem promover a reorganização dos seus serviços até 31 de Dezembro de 2010.

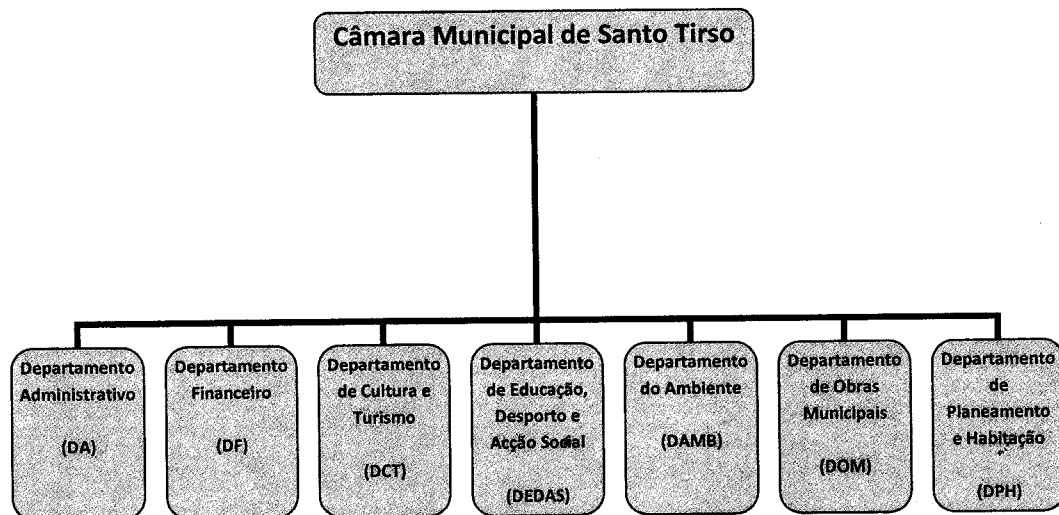
Nos termos do disposto no artigo 6º do referido diploma legal compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a aprovação do modelo de estrutura orgânica e estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares, bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, subunidades orgânicas, equipas multidisciplinares e equipas de projecto.

Assim para cumprimento do estipulado no parágrafo anterior propõe-se o seguinte:

Modelo de Estrutura

O modelo de estrutura a adoptar por este município deverá ser o modelo de estrutura hierarquizada, pois é o que se adequa melhor à organização interna dos serviços municipais.

Estrutura Nuclear



A estrutura nuclear da câmara municipal de Santo Tirso é uma estrutura fixa e deverá ser composta por sete departamentos municipais, dirigidos por directores de departamento – cargo de direcção intermédia de 1º grau, com as competências definidas no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, que dependem directamente do Presidente da Câmara Municipal.

As designações e atribuições daqueles departamentos são as seguintes:

a) Departamento Administrativo, ao qual compete genericamente:

- Assegurar e coordenar as atribuições, competências e actividades que se insiram no domínio administrativo, garantindo o controlo, gestão e arquivo da documentação administrativa, de acordo com as disposições legais aplicáveis, normas internas estabelecidas e critérios de boa gestão;
- Assegurar a gestão dos recursos humanos, coordenando os procedimentos legais e regulamentares exigíveis e garantindo a adequação do mapa de pessoal à política definida pelo executivo;
- Prestar assessoria administrativa e jurídica aos órgãos e serviços municipais, assegurando, nomeadamente todas as tarefas de carácter administrativo necessárias ao funcionamento do executivo camarário e da assembleia municipal; garantir todo o apoio em processos, acções e recursos em que a autarquia seja parte; dinamizar o conhecimento oportuno de normas legislativas e regulamentares essenciais à gestão municipal, bem como das suas alterações ou revogações;
- Instruir os processos de contra-ordenação nos termos da lei, assim como organizar e acompanhar os processos de execuções fiscais;
- Assegurar a adequada elaboração dos contratos (excepto contratos de pessoal, seguros e empréstimos) em que a autarquia seja parte; assegurar os procedimentos inerentes à aquisição de bens imóveis necessários à prossecução das actividades municipais, seja pela via do direito privado, seja pela via da expropriação; apoiar o notariado privativo da câmara municipal;
- Assegurar, com a colaboração na parte necessária de outras unidades orgânicas, todos os procedimentos administrativos e formalidades relativos à obtenção de vistos do Tribunal de Contas, em matéria de fiscalização prévia;
- Providenciar pelo registo na Conservatória do Registo Predial de todos os bens imóveis adquiridos pelo município.

b) Departamento Financeiro, ao qual compete genericamente:

- Elaborar o orçamento e outros documentos previsionais de índole financeira, proceder à coordenação e controlo da gestão financeira e patrimonial, garantindo o cumprimento das obrigações legais, designadamente, da prestação de contas e cooperação financeira;
- Garantir a gestão orçamental, patrimonial e de custos, dentro das normas legais em vigor, no que concerne às áreas de contabilidade, finanças, tesouraria, taxas e licenças;
- Organizar e promover a tramitação dos processos de aquisição de bens móveis e serviços, inventariar os bens móveis e imóveis do município e gerir os stocks;
- Assegurar a informação que os municípios estão legalmente obrigados a prestar a diversas entidades, na área financeira.

c) Departamento de Cultura e Turismo, ao qual compete genericamente:

- Definir os objectivos de actuação da unidade orgânica, tendo em conta os objectivos gerais estabelecidos pelo executivo autárquico;
- Definir as linhas gerais da programação dos equipamentos culturais afectos;
- Assegurar o funcionamento e gestão da Biblioteca Municipal, Museu Municipal, Museu Internacional de Escultura Contemporânea, Centro Cultural de Vila das Aves, Arquivo Histórico Municipal e Centro Interpretativo do Monte Padrão;
- Promover acções de defesa, valorização, conservação e divulgação do património móvel e imóvel concelhio;
- Desenvolver acções de defesa, valorização e divulgação das potencialidades turísticas concelhias, bem como promover e acompanhar as várias actividades ligadas aos serviços de animação.

A

d) Departamento de Educação, Desporto e Acção Social, ao qual compete genericamente:

- Gerir as atribuições e competências transferidas para os municípios, em matéria de educação, nomeadamente na gestão de pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar, acção social escolar, construção, manutenção e apetrechamento dos estabelecimentos de ensino, transportes escolares e toda a gestão das actividades de enriquecimento curricular;
- Gerir e coordenar o complexo desportivo municipal e todos os equipamentos desportivos municipais, de forma a contribuir para o melhoramento da qualidade de vida dos munícipes, através de actividades físicas que satisfaçam os seus interesses;
- No âmbito da acção social, proporcionar condições que favoreçam o bem-estar da população em geral, particularmente as mais desfavorecidas, jovens desempregados, crianças e jovens carenciados através de acções que possam combater todas as formas de discriminação e exclusão social.

e) Departamento do Ambiente, ao qual compete genericamente:

- Promover o ordenamento biofísico no âmbito dos planos municipais de ordenamento do território, elaborar e promover projectos e acções de educação ambiental e de desenvolvimento sustentável do município, elaborar e actualizar o plano municipal de defesa da floresta contra incêndios e o plano operacional municipal.
- Manter em bom estado as zonas verdes do município, conservação de mercados e feiras, gestão e manutenção dos cemitérios, limpeza e conservação dos edifícios públicos, equipamentos e espaços públicos;

f) Departamento de Obras Municipais, ao qual compete genericamente:

- Planear, programar e executar as obras municipais, procedendo, nomeadamente aos procedimentos necessários com vista à formação dos respectivos contratos de empreitadas, de acordo com as orientações dos órgãos municipais;
- Efectuar a boa gestão das vias de comunicação, infra-estruturas complementares e manutenção dos edifícios públicos municipais, coordenar a utilização das viaturas municipais e mantê-las;

Am

h

- Dar apoio logístico e operativo no âmbito da Protecção Civil, em articulação com outros serviços municipais;
- Desenvolver acções para assegurar a regulamentação, ordenamento, sinalização e manutenção da boa ordem do trânsito, de harmonia com a legislação aplicável e posturas municipais, toponímia, coordenação e fiscalização das acções relacionadas com a ocupação dos espaços públicos, promover e participar em acções de coordenação dos transportes públicos, administrar e coordenar a central de transportes.

g) Departamento de Planeamento e Habitação, ao qual compete genericamente:

- A implementação das orientações da actividade municipal nas suas vertentes urbanística e do território, quer pela elaboração de estudos urbanísticos, projectos e planos, como pela gestão urbanística, ou pela promoção e gestão do património habitacional;
- Executar a política municipal de desenvolvimento e ordenamento do território. Coordenar o cumprimento do regime jurídico de urbanização e edificação e das disposições legais e regulamentares associadas;
- A gestão de sub-programas de nível municipal no âmbito de programas operacionais regionais, assim como participar em programas de incentivo à fixação de empresas, ao acompanhamento e orientação de promotores de desenvolvimento local.

Estrutura Flexível

A estrutura flexível será composta, no máximo, por trinta unidades orgânicas flexíveis, a criar, alterar ou extinguir pela câmara municipal.

As unidades orgânicas inseridas na estrutura flexível serão dirigidas por dirigentes intermédios de 2º e 3º grau, que correspondem, respectivamente, a chefes de divisão municipal e chefes de serviço municipal.

h

Cargos de Direcção Intermédia de 3º Grau

De acordo com o nº 3 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro a estrutura orgânica pode prever cargos de direcção intermédia de 3º grau ou inferior, devendo estabelecer expressamente as designações, competências, área e requisitos de recrutamento e níveis remuneratórios desses cargos.

Designação e Grau

São cargos de direcção intermédia de 3º grau os que correspondam a funções de direcção, gestão, coordenação e controlo de serviços, com níveis de autonomia, responsabilidade e dimensão apropriada, designados por Chefes de Serviços Municipais.

Competências

Sem prejuízo das competências previstas no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, aos titulares dos cargos de direcção intermédia de 3º grau compete-lhes garantir o desenvolvimento das atribuições cometidas à unidade orgânica que dirigem, assegurando o seu bom desempenho, através da optimização de recursos humanos, materiais e financeiros, de forma a promover a satisfação dos destinatários da sua actividade, de acordo com os objectivos gerais do município.

Condições de Recrutamento

Os cargos de direcção intermédia de 3º grau são recrutados de entre trabalhadores dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de coordenação e controlo e que reúnam no mínimo seis anos de experiência profissional na área de actuação do cargo e que detenham curso superior ou 12º ano complementado com formação adequada ao exercício das funções a exercer.

Em casos excepcionais, o recrutamento para os cargos de direcção intermédia de 3º grau pode ser alargado a quem não seja possuidor das habilitações literárias expressas no parágrafo anterior, mas seja detentor de um curriculum profissional excepcional, em particular no desempenho de cargos de chefia.

Nível Remuneratório

A remuneração dos cargos de direcção intermédia de 3º grau corresponde a 60% do valor da remuneração fixada para o cargo de direcção superior de 1º grau, acrescido de despesas de representação no valor correspondente a 35% do valor das despesas de representação fixadas para os cargos de direcção intermédia de 1º grau.

Subunidades Orgânicas

O número máximo de subunidades orgânicas, previstas no n.º 5 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, é fixado em trinta e cinco.

Outras Disposições

Mantém-se a estrutura e organização dos serviços municipais em vigor à presente data, constante do Aviso n.º 3937/2005, publicado no Apêndice n.º 76, IIª Série do Diário da República n.º 107, de 3 de Junho de 2005, até à aprovação, e consequente publicação, da nova estrutura.

O mapa de pessoal anexo às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 teve como base a estrutura orgânica actual, pelo que estão incluídos gabinetes e unidades orgânicas flexíveis que podem vir a ser renomeados, alterados ou eventualmente extintos.

Mantém-se em vigor os procedimentos concursais a decorrer à data da publicação da deliberação da assembleia municipal que aprovar a presente proposta, devendo o mapa de pessoal reflectir as alterações que decorram da nova orgânica.

Remeta-se a presente proposta à próxima reunião de Câmara.

Santo Tirso, 15 de Dezembro de 2010

O Presidente,


Castro Fernandes

Atribuições/Competências/Actividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Número de Postos de Trabalho	Ocupados CTCI	Ocupados CTC	Por Ocupar	OBS (a); (b)
GABINETE DE APOIO PESSOAL O Gabinete de Apoio Pessoal é constituído conforme as alíneas b) dos n.ºs 1 e 2 do artigo 73º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e cabe assessorar directamente o presidente da câmara municipal e vereadores, em regime de tempo inteiro, para o exercício das suas competências.	Chefe de Gabinete Adjunto	-	1	1	0	0	Criado pela alínea b) do n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 169/99, de 18/9
	Secretário Presidente	-	2	2	0	0	Criado pela alínea b) do n.º 1 do art.º 73º da Lei n.º 169/99, de 18/9
	Secretário Vereador	-	4	4	0	0	Criado pela alínea b) do n.º 2 do art.º 73º da Lei n.º 169/99, de 18/9
	Técnico Superior	Geografia	1	1	0	0	O titular a exercer o cargo de Chefe da Divisão de Habitação, nos termos da legislação.
	Técnico de Informática	Gestão de Empresas Turísticas	1	1	0	0	O titular a exercer o cargo de Adjunto do Presidente, nos termos da legislação. Carreira subistente, nos termos do n.º 2 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11/7.
	Coordenador Técnico	-	1	1	0	0	O titular a exercer o cargo de Secretário do Presidente, nos termos da legislação.
CENTRO DE INFORMAÇÃO AUTÁRQUICA AO CONSUMIDOR Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a este centro previstas no artigo 4º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	Assistente Técnico	-	2	2	0	0	Um titular a exercer o cargo de Secretário de Vereador, nos termos da legislação.
	Técnico Superior	-	1	1	0	0	
	Coordenador Técnico	-	2	2	0	0	
	Assistente Técnico	-	4	2	1	1	A exercer o cargo de Secretário de Vereador, nos termos da legislação.
GABINETE DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a este gabinete previstas no artigo 11º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	Assistente Técnico	-	1	1	0	0	
	Coordenador Técnico	-	1	1	0	0	Criado pelo n.º 2 do artigo 148º do Decreto-Lei n.º 93/2001, de 26 de Março.
	Especialista de Informática	-	1	1	0	0	Carreira subistente, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de Julho.
	Técnico de Informática	-	3	3	0	0	Um titular a exercer o cargo de Coordenador Técnico, nos termos da legislação de carreira informática. Carreira subistente, de acordo com o n.º 2 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de Julho.
GABINETE DE INFORMÁTICA Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a este gabinete previstas no artigo 12º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	Técnico Superior	-	1	0	0	1	
	Graduado-coordenador	-	1	0	0	1	
	Agente	-	15	13	0	2	
	Assistente Técnico	-	1	1	0	0	
	Assistente Operacional	-	1	0	1	0	
POSTO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO O Posto de Atendimento ao Cidadão presta apoio aos munícipes, nomeadamente na ajuda de preenchimento e envio de documentação para serviços centrais, como a IMIT, ADE, entre outros.	Assistente Técnico	-	2	1	0	1	
	Especialista de Informática	-	1	1	0	0	Carreira subistente, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de Julho.
	Técnico Superior	-	1	0	1	0	
ESPAÇO INTERNET O Espaço Internet permite o acesso e utilização de computadores a todos os munícipes e disponibiliza técnicos para dar formação e apoio informático.							

Atribuições/Competências/Actividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Número de Postos de Trabalho	Ocupados		Por Ocupar	OBS (a); (b)
				CTI	CTC		
CENTRO DE NOVAS OPORTUNIDADES O Centro de Novas Oportunidades tem como principais objectivos contribuir para a redução do défice de qualificação escolar e profissional da população adulta, melhorar os níveis de certificação da população e diminuir os níveis de absentismo, estimulando e apoiando o reforço da educação e formação ao longo da vida.	Técnico Superior	Várias áreas de formação	6	0	6	0	
	Assistente Técnico	Várias áreas de formação	7	0	7	0	
		Secretariado	1	0	1	0	Grado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.
DIVISÃO DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE DO TRABALHO Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a esta divisão previstas no artigo 158 do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, III série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	Chefe de Divisão	-	1	1	0	0	Um titular desta categoria está a exercer o cargo de Chefe desta Divisão, nos termos da legislação.
	Técnico Superior	Segurança e Higiene do Trabalho	2	2	0	0	
DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES PÚBLICAS E INTERNACIONAIS Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a esta divisão previstas no artigo 164 do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, III série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	Chefe de Divisão	-	1	1	0	0	Grado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.
	Técnico Superior	Jornalismo Internacional	1	1	0	0	O titular desta categoria está a exercer o cargo de Chefe desta Divisão, nos termos da legislação.
		Design de Equipamentos	1	0	1	0	
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO Cabe assegurar e coordenar as atribuições, competências e actividades cometidas a este departamento previstas no ponto 1 do artigo 178 do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, III série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	Assistente Técnico	-	1	1	0	0	
	Director de Departamento	-	1	1	0	0	Grado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.
	Técnico Superior	Jurídica	1	1	0	0	O titular desta categoria está a exercer o cargo de Director deste Departamento, nos termos da legislação.
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a esta divisão previstas no ponto 1.1 do artigo 178 do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, III série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	Coordenador Técnico	-	1	1	0	0	Grado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.
	Chefe de Divisão	-	1	1	0	0	O titular desta categoria está a exercer o cargo de Chefe desta Divisão, nos termos da legislação.
	Técnico Superior	Gestão de Recursos Humanos	1	1	0	0	
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a esta divisão previstas no ponto 1.2 do artigo 178 do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, III série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	Coordenador Técnico	-	1	1	0	0	Carreira substituinte, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 84 do Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de Julho.
	Técnico de Informática	-	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	-	2	1	0	1	Grado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.
DIVISÃO JURÍDICA E DO CONTENCIOSO Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a esta divisão previstas no ponto 1.3 do artigo 178 do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, III série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	Chefe de Divisão	-	1	0	0	1	Grado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.
	Coordenador Técnico	-	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	-	5	4	1	0	Um titular desta categoria está a exercer o cargo de Chefe desta Divisão, nos termos da legislação.
	Assistente Operacional	-	3	3	0	0	
	Chefe de Divisão	-	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Jurídica	3	3	0	0	
	Coordenador Técnico	-	2	2	0	0	
	Assistente Técnico	-	3	1	0	2	

Atribuições/Competências/Actividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Número de Postos de Trabalho	Ocupados CTI	Ocupados CTC	Por Ocupar	OBS (a); (b)
DEPARTAMENTO FINANCEIRO Cabe assegurar e coordenar as atribuições, competências e actividades cometidas a este departamento previstas no ponto 2 do artigo 18º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice nº 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	Director de Departamento	-	1	0	0	1	Criado pela Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado a Administração Local pelo Decreto-Lei nº 93/2004, de 20 de Abril.
DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a esta divisão previstas nos pontos 2.1.2 a 2.1.3 do artigo 18º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice nº 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal e ainda o controlo dos serviços e receitas da metrologia.	<p>Chefe de Divisão</p> <p>Técnico Superior</p> <p>Coordenador Técnico</p> <p>Assistente Técnico</p> <p>Assistente Operacional</p>	<p>-</p> <p>Gestão Financeira</p> <p>Contabilidade</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>-</p>	<p>1</p> <p>2</p> <p>1</p> <p>4</p> <p>2</p> <p>1</p>	<p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>0</p> <p>2</p> <p>1</p>	<p>0</p> <p>0</p> <p>1</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p>	<p>0</p> <p>1</p> <p>0</p> <p>1</p> <p>0</p> <p>0</p>	<p>Criado pela Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado a Administração Local pelo Decreto-Lei nº 93/2004, de 20 de Abril.</p> <p>O titular desta categoria está a exercer o cargo de Chefe desta Divisão, nos termos da legislação.</p> <p>Um titular a exercer funções nos SMAS.</p>
DIVISÃO DE PATRIMÓNIO E APROVISIONAMENTO Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a esta divisão previstas no ponto 2.2 do artigo 18º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice nº 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	<p>Chefe de Divisão</p> <p>Coordenador Técnico</p> <p>Assistente Técnico</p> <p>Encarregado Operacional</p> <p>Assistente Operacional</p> <p>Director de Departamento</p>	<p>-</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>-</p>	<p>1</p> <p>2</p> <p>4</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p>	<p>0</p> <p>1</p> <p>3</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p>	<p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p>	<p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p>	<p>Criado pela Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado a Administração Local pelo Decreto-Lei nº 93/2004, de 20 de Abril.</p>
DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO Cabe assegurar e coordenar as atribuições, competências e actividades cometidas a este departamento previstas no ponto 3 do artigo 19º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice nº 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	Técnico Superior	História	2	2	0	0	Os titulares desta categoria estão a exercer cargos de chefia, um como Director deste Departamento e outro como Chefe de uma Divisão deste Departamento, nos termos da legislação.
DIVISÃO DA CULTURA Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a esta divisão previstas no ponto 3.1 do artigo 19º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice nº 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	<p>Chefe de Divisão</p> <p>Técnico Superior</p> <p>Assistente Técnico</p> <p>Assistente Operacional</p>	<p>-</p> <p>História e/ou Ciências Documentais</p> <p>Literatura Comparada</p> <p>-</p> <p>-</p>	<p>1</p> <p>4</p> <p>1</p> <p>4</p>	<p>1</p> <p>4</p> <p>1</p> <p>3</p>	<p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>1</p>	<p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p>	<p>Criado pela Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado a Administração Local pelo Decreto-Lei nº 93/2004, de 20 de Abril.</p> <p>Um titular desta categoria está a exercer o cargo de Chefe desta Divisão, nos termos da legislação.</p>
DIVISÃO DO PATRIMÓNIO E MUSEUS Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a esta divisão previstas no ponto 3.2 do artigo 19º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice nº 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal e ainda o Centro Cultural de Vila das Aves e o Centro Interpretativo do Castro Padrão.	<p>Chefe de Divisão</p> <p>Técnico Superior</p> <p>Assistente Técnico</p> <p>Assistente Operacional</p>	<p>-</p> <p>História</p> <p>Jornalismo Internacional</p> <p>-</p> <p>Conservação e Restauro</p>	<p>1</p> <p>2</p> <p>1</p> <p>5</p> <p>1</p>	<p>0</p> <p>1</p> <p>0</p> <p>2</p> <p>0</p>	<p>0</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>3</p> <p>0</p>	<p>1</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>1</p>	<p>Criado pela Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado a Administração Local pelo Decreto-Lei nº 93/2004, de 20 de Abril.</p>

Atribuições/Competências/Actividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Número de Postos de Trabalho	Ocupados CTCI	Ocupados CTC	Por Ocupar	OBS (a): (b)
DIVISÃO DO TURISMO Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a esta divisão previstas no ponto 3.1 do artigo 19º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	Chefe de Divisão	-	1	1	0	0	Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.
	Técnico Superior	Turismo	2	2	0	0	
	Coordenador Técnico	Gestão de Empresas Turísticas	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	-	1	0	0	1	
	Director de Departamento	-	1	1	0	0	Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E ACÇÃO SOCIAL Cabe assegurar e coordenar as atribuições, competências e actividades cometidas a este departamento previstas no ponto 4 do artigo 20º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	Técnico Superior	Serviço Social	1	1	0	0	Um titular desta categoria está a exercer o cargo de Director deste Departamento, nos termos da legislação.
		Sociologia	2	2	0	0	
	Chefe de Divisão	-	1	0	0	1	Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.
		Serviço Social	2	1	1	0	Um titular desta categoria está a exercer o cargo de Chefe desta Divisão, nos termos da legislação.
	Técnico Superior	Sociologia e Sociologia das Organizações	2	1	1	0	Um titular desta categoria está a exercer o cargo de secretário de Vereador, nos termos da legislação.
		Psicologia	1	0	1	0	
		Professores das AEC'S	85	0	82	3	
	Assistente Técnico	Secretariado	1	1	0	0	Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.
	Chefe de Divisão	-	1	1	0	0	
	Técnico Superior	Desporto	2	0	1	1	
	Coordenador Técnico	-	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	-	7	7	0	0	
	Assistente Operacional	-	12	9	1	2	
	Chefe de Divisão	-	1	1	0	0	Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.
	Técnico Superior	Serviço Social	4	4	0	0	Um titular desta categoria está a exercer o cargo de Chefe desta Divisão, nos termos da legislação.
		Educação/Educação Social	3	0	3	0	
		Psicologia	2	0	2	0	
	Assistente Técnico	-	1	1	0	0	

Atribuições/Competências/Actividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Número de Postos de Trabalho	Ocupados CTI	Ocupados CTC	Por Ocupar	OBS (a); (b)
DEPARTAMENTO DO AMBIENTE Cabe assegurar e coordenar as atribuições, competências e actividades cometidas a este departamento previstas no ponto 5 do artigo 21º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	Director de Departamento	-	1	0	0	1	Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.
DIVISÃO DOS SERVIÇOS URBANOS Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a esta divisão previstas no ponto 5.1 do artigo 21º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal e ainda o controlo de receitas do cemitério, mercados e feiras e todos os demais assuntos e processos relativos à gestão destes equipamentos, como também dar apoio administrativo ao Veterinário Municipal, controlo e arrecadação das receitas provenientes dos serviços por este prestados.	<p>Chefe de Divisão</p> <p>Técnico Superior</p> <p>Coordenador Técnico</p> <p>Assistente Técnico</p> <p>Encarregado Operacional</p> <p>Encarregado de Brigada dos Serviços de Limpeza</p> <p>Assistente Operacional</p>	<p>-</p> <p>Veterinária</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>-</p>	<p>1</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>2</p> <p>2</p> <p>2</p> <p>57</p>	<p>0</p> <p>1</p> <p>0</p> <p>2</p> <p>2</p> <p>41</p>	<p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>6</p>	<p>1</p> <p>0</p> <p>1</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>10</p>	<p>Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.</p> <p>Um dos titulares coordena todos os serviços adscritos a esta divisão.</p> <p>Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.</p> <p>Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.</p> <p>Um titular desta categoria está a exercer o cargo de Chefe desta Divisão, nos termos da legislação.</p>
DIVISÃO DE PLANEAMENTO AMBIENTAL E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a esta divisão previstas no ponto 5.2 do artigo 21º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal e ainda o serviço municipal de protecção civil.	<p>Chefe de Divisão</p> <p>Técnico Superior</p> <p>Assistente Técnico</p> <p>Assistente Operacional</p>	<p>-</p> <p>Arquitectura Paisagista</p> <p>Engenharia Florestal</p> <p>Geografia</p> <p>Engenharia Ambiental</p> <p>-</p> <p>-</p>	<p>1</p> <p>2</p> <p>1</p> <p>1</p> <p>1</p>	<p>1</p> <p>1</p> <p>0</p> <p>1</p> <p>0</p>	<p>0</p> <p>1</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>1</p>	<p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p>	<p>Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.</p> <p>Um titular desta categoria está a exercer o cargo de Chefe desta Divisão, nos termos da legislação.</p> <p>Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.</p> <p>O titular desta categoria está a exercer o cargo de Director deste Departamento, nos termos da legislação.</p>
DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS Cabe assegurar e coordenar as atribuições, competências e actividades cometidas a este departamento previstas no ponto 6 do artigo 22º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	<p>Director de Departamento</p> <p>Técnico Superior</p> <p>Coordenador Técnico</p> <p>Assistente Técnico</p> <p>Técnico de Informática</p>	<p>-</p> <p>Engenharia Civil</p> <p>Engenharia Electrotécnica</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>-</p>	<p>1</p> <p>2</p> <p>1</p> <p>2</p> <p>1</p>	<p>1</p> <p>1</p> <p>2</p> <p>2</p> <p>1</p>	<p>0</p> <p>1</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p>	<p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p> <p>0</p>	<p>Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.</p> <p>O titular desta categoria está a exercer o cargo de Director deste Departamento, nos termos da legislação.</p> <p>Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.</p> <p>Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.</p> <p>Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.</p>
DIVISÃO DE EDIFÍCIOS Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a esta divisão previstas no ponto 6.1 do artigo 22º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	<p>Chefe de Divisão</p> <p>Técnico Superior</p>	<p>-</p> <p>Engenharia Civil</p>	<p>1</p> <p>3</p>	<p>1</p> <p>3</p>	<p>0</p> <p>0</p>	<p>0</p> <p>0</p>	<p>Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.</p> <p>Um titular desta categoria está a exercer o cargo de Chefe desta Divisão, nos termos da legislação.</p>

Atribuições/Competências/Actividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Número de Postos de Trabalho	Ocupados CTCI	Ocupados CTC	Por Ocupar	OBS (a); (b)
DIVISÃO DE TRANSITO Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a esta divisão previstas no ponto 6.2 do artigo 22º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal, assim como as referentes à Secção de Taxas e Licenças, em especial os procedimentos relativos às seguintes matérias: explosivos; exercício da caça; carta de caçador; recenseamento militar e conexas; licenciamento de máquinas eléctricas; licenciamento de espectáculos e divertimentos públicos; comércio ambulante; controlo das receitas da central de transportes; licenciamento de ruído; licenciamento de provas desportivas e ainda liquidar as demais taxas, licenças e rendimentos do município e emitir as respectivas licenças e guias de receita que não estejam especialmente afectas a outras unidades orgânicas.	Chefe de Divisão	-	1	1	0	0	Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.
	Técnico Superior	Engenharia Civil	2	1	0	1	Um titular desta categoria está a exercer o cargo de Chefe desta Divisão, nos termos da legislação.
	Coordenador Técnico	-	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	-	5	4	0	1	
	Encarregado Operacional	-	1	1	0	0	
	Assistente Operacional	-	6	5	0	1	
DIVISÃO DE VIAS Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a esta divisão previstas no ponto 6.3 do artigo 22º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	Chefe de Divisão	-	1	1	0	0	Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.
	Técnico Superior	Engenharia Geotécnica	3	3	0	0	Um titular desta categoria está a exercer o cargo de Chefe desta Divisão, nos termos da legislação.
	Assistente Técnico	-	1	1	0	0	
	Encarregado Geral Operacional	-	1	0	0	1	
	Encarregado Operacional	-	8	6	0	2	
	Assistente Operacional	-	74	56	8	10	
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E HABITAÇÃO Cabe assegurar e coordenar as atribuições, competências e actividades cometidas a este departamento previstas no ponto 7 do artigo 23º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	Director de Departamento	-	1	1	0	0	Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.
	Técnico Superior	Arquitectura	2	2	0	0	Um titular desta categoria está a exercer o cargo de Director de Departamento, o outro titular está a exercer o cargo de Chefe de Gabinete do Presidente, nos termos da legislação.
	Coordenador Técnico	-	3	3	0	0	Dois titulares desta categoria estão a exercer o cargo de Secretário, um do Presidente e outro de Vereador.
	Assistente Técnico	-	1	1	0	0	
	Chefe de Divisão	-	1	1	0	0	Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.
	Técnico Superior	Engenharia Civil	6	6	0	0	Um titular desta categoria está a exercer o cargo de Chefe desta Divisão, nos termos da legislação.
	Coordenador Técnico	Arquitectura	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	-	1	1	0	0	
	Fiscal Municipal	-	4	4	0	0	Carreira substituinte, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 124/2008, de 11 de Julho.

Atribuições/Competências/Actividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Número de Postos de Trabalho	Ocupados CTI	Ocupados CTC	Por Ocupar	OBS (a); (b)
DIVISÃO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a esta divisão previstas no ponto 7.2 do artigo 23º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	Chefe de Divisão	-	1	1	0	0	Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.
DIVISÃO DE HABITAÇÃO Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a esta divisão previstas no ponto 7.3 do artigo 23º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	Técnico Superior	Arquitectura	4	4	0	0	Um titular desta categoria está a exercer o cargo de Chefe desta Divisão, nos termos da legislação.
	Coordenador Técnico	Engenharia Civil	1	1	0	0	
	Assistente Técnico	-	1	1	0	0	Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.
DIVISÃO DE CARTOGRAFIA E INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a esta divisão previstas no ponto 7.4 do artigo 23º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	Chefe de Divisão	-	1	1	0	0	Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.
	Técnico Superior	Arquitectura	3	3	0	0	Um titular desta categoria está a exercer o cargo de Chefe desta Divisão, nos termos da legislação.
	Coordenador Técnico	Engenharia Geográfica	1	1	0	0	
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO Cabe assegurar as atribuições, competências e actividades cometidas a esta divisão previstas no ponto 7.5 do artigo 23º do Capítulo II da Organização dos Serviços desta Câmara Municipal, publicada no Diário da República, IIIª série, apêndice n.º 76, n.º 107, de 3 de Junho de 2005 e que segue em anexo a este mapa de pessoal.	Assistente Técnico	-	1	0	0	1	
	Assistente Operacional	-	1	1	0	0	Criado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril.
	Chefe de Divisão	-	1	1	0	0	Um titular desta categoria está a exercer o cargo de Chefe desta Divisão, nos termos da legislação.
CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO - CANTINA E BAR Este Centro é gerido pelos trabalhadores da câmara municipal de Santo Tirso. A câmara municipal só disponibiliza alguns recursos humanos para dar apoio na cantina e bar desse mesmo centro.	Técnico Superior	Engenharia e Gestão Industrial	1	1	0	0	
	Assistente Operacional	-	3	2	1	0	
	Chefe de Serviços de Administração Escolar	-	5	3	0	2	Carreira substituída, nos termos do n.º 1 do artigo 100º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.
ESCOLAS BÁSICAS DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR De acordo com a alínea al do n.º 1 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, o pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar é uma das atribuições e competências em matéria de educação que se transfere para os municípios. A lista de pessoal não docente que faz parte deste mapa foi feito com base no Anexo I do contrato de execução assinado pelo Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso e pela então Ministra de Educação.	Assistente Técnico	-	33	26	7	0	Carreira substituída, nos termos do n.º 1 do artigo 100º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.
	Encarregado de Coordenação de Pessoal Auxiliar Acção Educativa	-	4	4	0	0	
	Assistente Operacional	-	227	121	106	0	



4. REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO, DE HARMONIA COM O PREVISTO NO DL 305/2009, DE 23/10: PROPOSTA DE MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA E DEMAIS DECISÕES PREVISTAS NO ARTIGO 6º DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL.-----

Presente ofício dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, de treze do corrente mês de Dezembro, registado com o número treze mil cento e noventa e nove, a remeter cópia da deliberação do respectivo Conselho de Administração de nove do mesmo mês de Dezembro, da qual se junta cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes quatro folhas, que procede à revisão dos serviços daqueles Serviços Municipalizados, que detêm autonomia administrativa e financeira dentro da organização municipal, em cumprimento do disposto no artigo 19º do Decreto – Lei 305/2009, de 23 de Outubro.-----

Da referida deliberação do Conselho de Administração consta, de harmonia com o previsto no artigo 6º do mesmo diploma legal, o seguinte:-----

a) Modelo de estrutura orgânica dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso (estrutura hierarquizada);-----

b) Estrutura nuclear dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso (estrutura fixa, composta pelo Director – Delegado, dependente directamente do respectivo Conselho de Administração, com as atribuições aí previstas);-----

c) Define o número máximo de unidades orgânicas flexíveis dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso (máximo de duas unidades orgânicas flexíveis);-----

d) Define o número máximo de subunidades orgânicas dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso (uma);-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar a referida proposta de estrutura e organização dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Saneamento de Santo Tirso e submeter a mesma à assembleia municipal, para aprovação, em cumprimento do disposto no artigo 6º do referido DL 305/2009.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



38

Av

ACTA N.º 25
09 de Dezembro de 2010
5/10

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO****3 - PROPOSTA DO MODELO DE ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS****MUNICIPALIZADOS**

-----Presente a reunião proposta do Modelo de Estrutura e Organização dos Serviços Municipalizados,
que faz parte integrante desta acta.-----

-----O Conselho de Administração deliberou aprovar e remeter á Câmara Municipal.-----

Ar-
[Handwritten signature]

PROPOSTA

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro criou um novo enquadramento jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, abrangendo assim os Serviços Municipalizados de Água Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, estabelecendo no seu artigo 19º que devem promover a reorganização dos seus Serviços até 31 de Dezembro de 2010.

Nos termos do disposto no artigo 6º do referido diploma legal compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a aprovação do modelo de estrutura orgânica e estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares, bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, subunidades orgânicas, equipas multidisciplinares e equipas de projecto.

Assim para cumprimento do estipulado no parágrafo anterior propõe-se o seguinte:

Modelo de Estrutura

O modelo de estrutura a adoptar por estes Serviços deverá ser o modelo de estrutura hierarquizada, pois é o que se adequa melhor à sua organização interna.

Estrutura Nuclear

A estrutura nuclear dos Serviços Municipalizados de Água Electricidade e Saneamento de Santo Tirso será uma estrutura fixa e deverá ser composta pelo Director Delegado - cargo de direcção intermédia de 1º grau, com as competências definidas no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, que dependem directamente do Conselho de Administração e Administrador Delegado.

As atribuições do Director Delegado são as seguintes:

- A orientação técnica e a direcção administrativa dos Serviços poderão ser confiadas pelo Conselho de Administração em tudo o que não seja da sua exclusiva competência a um Director Delegado;
- O Director Delegado será responsável perante o Conselho de Administração (C.A.), a cujas reuniões assistirá para efeitos de informação e consulta, por tudo o que diga respeito à disciplina e ao regular funcionamento dos Serviços;

- Para além de outras, legalmente previstas ou determinadas pelo C.A. ao Director Delegado cabem as seguintes atribuições:

- 1- Submeter a deliberação do C.A. devidamente instruídos e informados, os assuntos que dependam da sua resolução;
 - 2- Propor ao C.A. todas as medidas que julgue necessárias para o bom funcionamento dos Serviços, bem como o que seja do interesse deste órgão;
 - 3- Colaborar na elaboração dos instrumentos de gestão previsional e na prestação de contas;
 - 4- Submeter a despacho do C.A. todos os assuntos da sua competência;
 - 5- Submeter a assinatura do presidente do C.A. a correspondência e os documentos que dela careçam;
 - 6- Dirigir, orientar e fiscalizar os Serviços incluindo a execução de obras em conformidade com as deliberações do C.A. ;
 - 7- Cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares, sobretudo o que interesse ao funcionamento dos Serviços, bem como as decisões do C.A. e do seu Presidente;
- O Director Delegado poderá delegar ou subdelegar algumas das suas competências em qualquer outro dirigente, em conformidade com o que vier a ser deliberado pelo C.A..

Estrutura Flexível

A estrutura flexível será composta, no máximo, por duas unidades orgânicas flexíveis, a criar, alterar ou extinguir pela câmara municipal.

As unidades orgânicas inseridas na estrutura flexível serão dirigidas por dirigentes intermédios de 2º grau, que correspondem, a Chefes de Divisão.

Subunidades Orgânicas

O número máximo de subunidades orgânicas, previstas no n.º 5 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, é fixado em um.

Outras Disposições

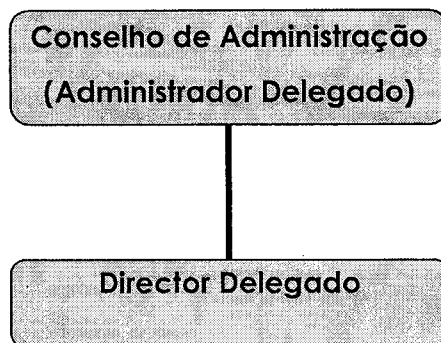
Mantém-se a estrutura e organização dos Serviços Municipalizados em vigor à presente data, até à aprovação, e consequente publicação, da nova estrutura flexível.

O mapa de pessoal anexo às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 teve como base a estrutura orgânica actual, pelo que estão incluídos as unidades orgânicas flexíveis que podem vir a ser renomeados, alterados ou eventualmente extintos.

Mantêm-se em vigor os procedimentos concursais a decorrer à data da publicação da deliberação da assembleia municipal que aprova a presente proposta, devendo o mapa de pessoal reflectir as alterações que decorram da nova orgânica.

Nos termos e para os efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro mantêm-se as comissões de serviço em cargo dirigente do mesmo nível nas unidades orgânicas criadas que sucedem às anteriormente existentes. Esta medida visa manter a liderança na gestão das unidades orgânicas que se sucedem e evitar o lançamento de um número de procedimentos concursais para cargos dirigentes que de momento não se justificam.

Estrutura Orgânica Nuclear



Remeta-se a presente proposta à próxima reunião do C.A..

Santo Tirso, 7 de Dezembro de 2010

O Presidente do Conselho de Administração,

Castro Fernandes



**5. ESTRUTURA VIÁRIA ENVOLVENTE À ROTUNDA A41/VARIANTE À EN 105
E VALE PISÃO – ÁGUA LONGA – ESTUDO PRÉVIO DO ARRUAMENTO –
APROVAÇÃO.**-----

Presente informação do Departamento de Planeamento e Habitação, de trinta de Novembro findo, registada com o número treze mil e cinquenta e três, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais, a remeter o Estudo Prévio do “Novo acesso rodoviário da EN 105/Rotunda A41 ao Vale do Ribeiro do Pisão, em Água Longa”, o qual é constituído por:-----

- Memória Descritiva;-----
- Bases de Avaliação dos terrenos que se mostram necessários adquirir para efeitos de execução daquele novo arruamento;-----
- Mapa de Áreas das parcelas de terreno a adquirir;-----
- Fichas de Avaliação das parcelas de terreno;-----
- Planta de localização;-----
- Planta cadastrais;-----
- Cartas do traçado;-----
- Extractos das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do Plano Director Municipal;-----
- Estimativa dos custos de construção, por tipo de trabalho.-----

O referido Estudo Prévio, composto por cento e catorze folhas, ficará anexo à acta desta reunião da câmara municipal (Anexo II).-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal deliberasse aprovar o referido Estudo Prévio.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



6. CONSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE AQUEDUTO PÚBLICO SUBTERRÂNEO SOBRE TERRENOS DESTINADOS À CONSTRUÇÃO DO INTERCEPTOR DA RIBEIRA DO PISÃO – CONSTITUIÇÃO PELA VIA DO DIREITO PRIVADO – PARCELA 12 B.-----

Presente informação da Divisão Jurídica e do Contencioso, de trinta de Novembro findo, registada com o número treze mil e cinquenta e dois, a informar, na sequência da deliberação da câmara municipal de três de Novembro findo (item quatro da respectiva acta), que decidiu aprovar alterações ao projecto do Interceptor da Ribeira do Pisão, que foi possível chegar a acordo com os proprietários da parcela identificada no respectivo projecto por “parcela 12B”, nos termos que constam da aludida informação.-----

A Directora do Departamento Administrativo juntou àquela informação a minuta do contrato de constituição de servidão administrativa em causa, a qual se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da mesma, composto por cinco folhas.-----

Pelo Senhor Presidente foram apresentadas as seguintes propostas:-----

A) Que a câmara municipal delibere concordar com as condições acordadas com os comproprietários do prédio rústico inscrito na matriz predial da freguesia de Água Longa sob o artigo 590 (quinhentos e noventa) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número duzentos e sete, e que constam da aludida informação.-----

B) Que a câmara municipal delibere aprovar a minuta anexa à presente acta (anexo III da mesma).-----

As propostas foram aprovadas com oito votos a favor.-----



7. PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO E A SOCIEDADE ÁGUAS DO NOROESTE, S.A., TENDO POR OBJECTO ESTABELECEER AS OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DA OBRA DENOMINADA “REQUALIFICAÇÃO DA RUA DE CASAIS – C.M. 1119, NA FREGUESIA DE S. TIAGO DA CARREIRA, SANTO TIRSO”.-----

Presente ofício de vinte e seis de Outubro de dois mil e nove, da sociedade Águas do Cavado, S.A., (actualmente extinta por fusão na sociedade Águas do Noroeste, S.A., constituída pelo Decreto-Lei 41/2010, de 29 de Abril), registado com o número quinze mil cento e seis, a remeter minuta de Protocolo a celebrar com o município de Santo Tirso, tendo por objecto estabelecer as obrigações entre as partes no âmbito da execução da obra de “Requalificação da Rua de Casais – C.M. 1119”, na freguesia de S. Tiago da Carreira, deste concelho.-----

A minuta do Protocolo enviada com o referido ofício foi analisada pelos serviços técnicos desta câmara municipal (Departamento de Obras Municipais) e pela Divisão Jurídica e do Contencioso.-----

Anexa-se à presente minuta da acta e dela fica a fazer parte integrante, a minuta do aludido Protocolo, com as alterações introduzidas pelos serviços jurídicos, o que constitui o Anexo IV da mesma, composto por oito folhas.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse aprovar a minuta do aludido Protocolo.-----

A minuta do Protocolo acima referido, e anexa à presente acta, foi aprovada com oito votos a favor.-----



8. AQUISIÇÃO DE CINCO PARCELAS DE TERRENO DESTINADAS À EXECUÇÃO DA OBRA DENOMINADA “RECTIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA RUA DA CAPELA – S. MAMEDE DE NEGRELOS” – ADITAMENTO ÀS CONDIÇÕES DE CEDÊNCIA DA PARCELA 4.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito:-----

Por deliberação da câmara municipal de vinte e três de Setembro de dois mil e nove (item dez da respectiva acta) foi deliberado aceitar as condições da cedência ao domínio público do município de cinco parcelas de terreno necessárias à execução da obra acima identificada, sendo uma delas identificada como parcela 4, com a área de 38,29 m² (trinta e oito vírgula vinte e nove metros quadrados), propriedade de Armando Maria Gonçalves Martins e mulher Maria Manuela da Silva Neto;-----

A contrapartida pela cedência da parcela de terreno ao município seria a reconstrução do muro de vedação em alvenaria de granito e demais condições existentes, na área de intervenção da obra;-----

Aquando das negociações não ficou devidamente esclarecido qual seria a altura desse muro, sendo que na respectiva empreitada está previsto que tais muros terão a altura de 1,20m (um vírgula vinte metros).-----

Posteriormente àquela deliberação camarária e no âmbito dos procedimentos relativos à formalização da cedência, os proprietários daquela parcela de terreno comunicaram que aceitavam que o muro seja reconstruído com a altura de 1,20m (um vírgula vinte metros), mas que pretende que o mesmo seja construído em perpiano, pelo facto da sua casa também estar construída nesse material;-----

A reconstrução do muro em perpiano implica um acréscimo de custos de aproximadamente 1.000,00 € (mil euros);-----

Considerando que a câmara municipal é obrigada a repor as benfeitorias existentes (reconstrução do muro) e que o terreno vai ser cedido ao domínio público do município a título



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

gratuito, proponho que a câmara municipal, como contrapartida da cedência ao município da parcela 4, melhor identificada na aludida deliberação camarária de vinte e três de Setembro de dois mil e nove, aceite reconstruir o muro de vedação em perpianho.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

Reunião : ORDINÁRIA



Câmara Municipal de Santo Tirso

Acta N.º 27 Fl. 47
15 de Dezembro de 2010

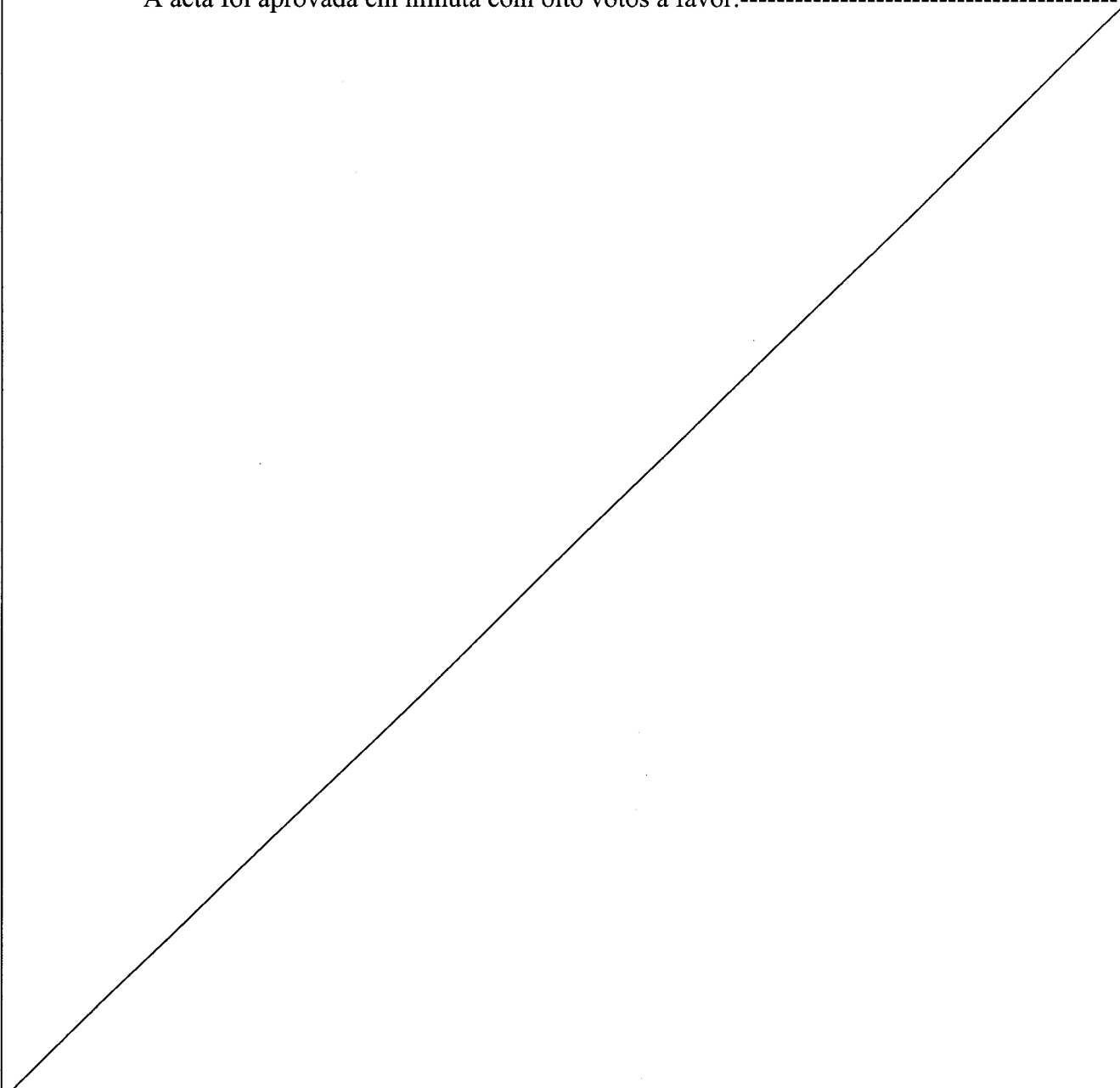
Finda a discussão e votação dos assuntos incluídos na Ordem do Dia, o Senhor Presidente perguntou ao público presente se pretendia usar da palavra, sendo que ninguém quis usar da palavra.--



Ar
h

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta foi aprovada em minuta com oito votos a favor.-----





Ac

ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada em: Doze horas.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem quarenta e nove folhas, apenas utilizadas no anverso, e quatro documentos anexos, sendo o Anexo I relativo ao item dois, composto por duzentas e noventa folhas; o Anexo II relativo ao item cinco composto por cento e catorze folhas; o Anexo III relativo ao item sete, composto por cinco folhas; e o Anexo IV relativo ao item oito, composto por oito folhas, todos rubricados por mim e pelo Presidente da Câmara, que eu

Adriana Salgado

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

Caro

APROVAÇÃO DA ACTA.-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 23/12/2010, conforme consta do item um da respectiva acta (folhas Catorze da respectiva minuta).-----

A Secretária,

Adriana Salgado